

Educação Técnica Na Fronteira
A Evasão Dos Alunos Matriculados Nos Cursos Da Escola Técnica
Binacional Do Município De Santana do Livramento, IFSUL (Instituto
Federal Sul-rio-grandense)

Aluna: Vivian Pintos

Orientador: Prof. Dr. Victor Hugo Veppo

Resumo:

O presente trabalho visa responder a questão traçando um perfil socioeconômico e evidenciando os principais motivos da evasão dos alunos matriculados nos cursos da única escola técnica binacional do município de Santana do Livramento, o IFSul (Instituto Federal Sul-rio-grandense). Para isso a pesquisa contempla referenciais teóricos que abrangem dados desde a revolução industrial, como principal causadora da necessidade de implementação de escolas técnicas profissionalizantes, políticas públicas relacionadas, passando pelos Institutos Federais e suas principais atribuições, até alcançar o campus binacional da região e seu principal desafio, a evasão. Tendo em vista tratar-se de uma pesquisa quantitativa, a metodologia utilizada neste trabalho foi a coleta de dados bibliográficos e documentais, além de um levantamento de campo fundamentado em um questionário, analisado estatisticamente.

Palavras-chave: Binacionalidade, educação técnica, evasão, fronteira.

Resumen:

El presente trabajo tiene como principal objetivo trazar un perfil socioeconómico y evidenciar los principales motivos de la evasión de los alumnos matriculados en los cursos de la única escuela técnica binacional del municipio de Santana do Livramento, IFSul (*Instituto Federal Sul-rio-grandense*). Para este fin el trabajo cuenta con un referencial teórico que abarca datos desde la revolución industrial, como la principal causa de la implantación de escuelas técnicas, políticas públicas relacionadas, pasando por los Institutos Federales y sus objetivos, hasta llegar al campus binacional de la región y su principal desafío, la evasión de alumnos. Se trata de un estudio cuantitativo, la metodología utilizada fue la coleta de datos bibliográficos y documentales, y un levantamiento de campo fundamentado en un cuestionario analizado de forma estadística.

Palabras llaves: Binacionalidad, educación técnica, evasión, frontera.

1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar no Brasil constitui um problema crescente que afeta principalmente as escolas públicas. No decorrer do tempo aconteceram vários debates acerca do assunto, procurando as principais causas e possíveis soluções. As reflexões alcançaram diversos fatores que poderiam levar a mesma, como por exemplo, o papel da família na vida do aluno, e a relação do mesmo com a escola, problemas econômicos, ou a repetência escolar, a qual provoca a distorção idade/série e também leva ao abandono. O fato torna-se mais repetitivo no Ensino Médio. (DANTAS, 2013, p.15).

Em 2010, após vários acordos binacionais que definiram a parceria do IFSul com a outra escola técnica binacional uruguaia localizada em Rivera, CETP-UTU (Universidad del Trabajo del Uruguay), começou-se a efetivar a implantação do campus avançado Santana do Livramento. A instituição oferece 3 cursos técnicos binacionais, Informática para Internet, Eletroeletrônica e Energias Renováveis, sendo 50% das vagas para uruguaios e 50% para brasileiros, e diplomas que seguem o mesmo padrão, sem a necessidade de revalidar o título no país vizinho.

Os cursos oferecidos classificam-se em duas modalidades, integrado e subsequente. Sendo o primeiro integrado ao ensino médio e ao mesmo tempo a formação profissional. Ou seja, o estudante obtém o certificado de conclusão do ensino médio e a certidão de formação profissional. Já no subsequente, o curso técnico profissional é ofertado ao estudante que já concluiu o ensino médio. Sua duração é de dois anos.

Acredita-se que este projeto poderá possibilitar um trabalho profícuo em torno à contensão da evasão, produzindo informações que servirão como ferramentas para tal fim. Foi realizado um levantamento de dados acerca da educação brasileira, os cursos profissionalizantes e seu contexto histórico, os institutos federais e o problema da evasão, culminando na aplicação de um questionário com os alunos evadidos.

Em 2012 foi realizado o Relatório de Desenvolvimento Humano, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o qual alertou para o alto índice de evasão no Brasil, com uma taxa de 24,3%, é a terceira maior taxa de abandono escolar entre os países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Nesse mesmo ano o Censo Escolar aponta o abandono de 1,6 milhões de crianças e adolescentes da escola durante o ano letivo. Acarretando em um percentual de 45,5% da população que não conclui o ensino fundamental. Nesse sentido, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) elaborou um plano de ação acerca da evasão escolar e suas formas de contensão, no qual as instituições deveriam realizar pesquisas internas acerca da assiduidade dos alunos.

A evasão tornou-se um problema crescente desde a implementação do campus na região no ano de 2009. O número de pessoas que desistem dos estudos nos cursos binacionais é grande, isso levanta uma série de questões por parte da instituição e da comunidade que demonstram interesse em descobrir quais são os motivos que levam a esse fato, e quais seriam as estratégias de contensão.

Nesse sentido a presente pesquisa objetiva realizar um estudo acerca da educação e sua importância na sociedade e economia. Um levantamento documental e bibliográfico para identificar o contexto histórico e políticas públicas relacionadas aos cursos profissionalizantes, logo investigando os Institutos Federais e seus principais objetivos, centralizando no campus Santana do Livramento. Para finalmente chegar a um estudo através de um questionário para traçar um perfil socioeconômico dos alunos evadidos e verificar os principais motivos que levam a escolha e posterior desistência dos cursos na Escola Técnica Binacional, e proporcionar uma dimensão do problema.

Segundo o estudo realizado pelo Instituto Federal de educação Ciência e Tecnologia de São Paulo em 2010, a partir da década de 1960 houve um aumento na popularização da escola pública, e em 1980, com o desenvolvimento de novas tecnologias, surgiu um novo cenário econômico e produtivo no país, aumentando a produção e prestação de serviços houve também um crescimento da demanda, o que fez com que as instituições de educação profissional tivessem de intervir buscando diversificar seus programas e cursos para elevar o nível da oferta.

Fazendo referência há um tempo mais recente, percebe-se que segundo o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção, elaborado pelo MEC e pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11892, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, constituída por 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica, 24 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, Universidade Tecnológica do Paraná e o Colégio Pedro II.

Dentre os Institutos Federais está presente o campus Santana do Livramento, instituído na fronteira entre Livramento e Rivera no ano de 2009, o qual veio crescendo desde então, adicionando novos cursos a sua grade, criando o diploma binacional e firmando acordos de parceria com instituições uruguaias vizinhas como a UTU (Universidad del Trabajo del Uruguay) e a UTEC (Universidad Tecnológica del Uruguay). Mesmo assim os efeitos da evasão são notórios, desse modo torna-se necessária a realização de uma pesquisa para estabelecer um padrão entre os alunos evadidos e os motivos que levam a esse fator.

O presente projeto está sendo realizado na UNIPAMPA (Universidade Federal do Pampa) campus Santana do Livramento, a qual oferece cinco cursos de graduação, dentre eles o curso de Tecnólogo em Gestão Pública, que além de ter como base a administração pública e a otimização de recursos, é diretamente ligado a educação e as políticas públicas. Desse modo, acredita-se que o presente estudo será de grande relevância acadêmica, pois além de fornecer mais informações acerca do Instituto Federal que possui cursos binacionais, abrirá espaço para novas pesquisas direcionadas a região fronteiriça.

Por se tratar de um estudo realizado inteiramente na fronteira, com relevância em suas características binacionais, acredita-se que a comunidade santanense também poderá ser beneficiada, podendo formar a partir daqui um olhar mais crítico e informado acerca do assunto.

Por consequência, como justificativa pessoal, o desenvolvimento do presente trabalho dá-se pelo objetivo de obter o título superior de Tecnólogo em Gestão Pública. Sendo a escolha do tema pela familiaridade com o Instituto Federal de Santana do Livramento e a curiosidade pela particularidade dos cursos binacionais e sua repercussão no município.

Para tanto, o artigo encontra-se estruturado nesta breve introdução, seguido pela problemática, objetivos e justificativa, referencial teórico composto de três tópicos, logo a metodologia, nas discussões dos resultados e nas considerações finais apresentando os desfechos finais sobre a pesquisa.

2.1 CONCEITOS E CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO

Sabe-se que a educação é a base mais sólida para o desenvolvimento e tem uma relação direta com a independência das pessoas na sociedade, implica na qualificação dos indivíduos e sua capacidade de pensar de um modo crítico, pois sociedades capazes de pensar e intervir garantem futuros mais promissores (DEMO, 2001, p. 4).

Partindo dessa premissa, pode-se afirmar que a educação é um dos pilares no desenvolvimento de um país, é a principal via de transformação para alcançar um futuro mais promissor e deve ser cada vez mais efetiva.

Para Demo, o processo de desenvolvimento de uma nação não depende apenas da educação e dos profissionais que se dedicam a propagação do conhecimento, mas é indiscutível a relevância primordial desses fatores, pois para ele —a educação tem importância capital na formação de um povo que sabe pensar, para poder conduzir com autonomia seu destino. (Demo, 2001, p. 4).

Paulo Freire é outro defensor da educação como propulsora do desenvolvimento, seja ele regional ou nacional, e como forma de promover uma noção de cidadania sólida. Segundo o mesmo, o ser humano é programado para aprender e ir além da mera transmissão de conhecimento técnico, pois a educação é a afirmação da liberdade, e assim a alfabetização e a capacidade de criar consciência acerca dos assuntos andam juntas, pois cidadãos alfabetizados são mais exigentes em relação às lideranças. A capacidade de aprender torna um ser humano capaz de refletir, se posicionar e se defender diante da sociedade e seus representantes. “O aprendizado já é um modo de tomar consciência do real e como tal só pode dar-se dentro desta tomada de consciência” (FREIRE, 1976, p 7).

A educação e a política são intimamente ligadas, pois uma sociedade na qual a grande maioria dos cidadãos é alfabetizada, bem informada e com um mínimo de cultura educacional, é uma sociedade capaz de exigir seus direitos e protestar caso estes não sejam respeitados por seus representantes políticos, fazendo prevalecer a democracia. Desse modo, Paulo Freire cita em seu livro “Educação como Prática da Liberdade”:

(...)educação como prática da liberdade. Trata-se, como veremos, menos de um axioma pedagógico que de um desafio da história presente. Quando alguém diz que a educação é afirmação da liberdade e toma as palavras a sério — isto é, quando as toma por sua significação real — se obriga, neste mesmo momento, a reconhecer o fato da opressão, do mesmo modo que a luta pela libertação (FREIRE, 1976, p. 6).

A educação e o desenvolvimento sócio educacional também são responsabilidade da família e do Estado. No que tange a legislação brasileira, é dever dos mesmos orientar a criança em seu percurso sócio educacional. Pois segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Art 2: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB 1997, p. 7).

Desta forma ressalta-se o papel do Estado frente à formação dos indivíduos como cidadãos capacitados para o mercado de trabalho, brindando respaldo e abrindo novas possibilidades através de políticas públicas relacionadas à inserção do aluno nas instituições educacionais e a permanência do mesmo até o término do curso.

2.2 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE – POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS

É interessante ressaltar que, ao desenvolver de tal proposta, não se deva negligenciar de um olhar no passado educacional do país. Isto cobra uma breve reflexão sobre a fase inicial da industrialização do Brasil e a necessidade da implementação de cursos técnicos.

A industrialização no Brasil classifica-se em quatro períodos: O primeiro de 1500 a 1808, chamado de “Proibição”; o segundo período de 1808 a 1930, chamado de “Implantação”; o terceiro período de 1930 a 1956, conhecido como fase da “Revolução Industrial no Brasil” e por ultimo o período após 1956, chamado de fase da internacionalização da economia brasileira.

Segundo Esterzilda de Azevedo (2010), o primeiro período caracteriza-se pela restrição do desenvolvimento das atividades industriais no país. Sendo permitida apenas uma pequena

indústria para consumo interno (de fiação, calçados e vasilhames) devido a distância entre o centro metropolitano e as colônias. Já no segundo período, a Implementação, são abertos os portos para o comércio exterior e fixadas às taxas de importação. Nesta fase, o desenvolvimento industrial do país foi baixo devido à concorrência com os produtos ingleses, e a não intervenção das elites enriquecidas pelo café, pois a escravidão ainda predominava.

Mediando esse período, em 1910, para atender as oportunidades emergentes, foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas as camadas mais humildes da sociedade, considerado um grande passo da educação profissional do país.

O terceiro período foi conhecido como a Revolução Industrial Brasileira, encabeçada por Getúlio Vargas, o qual promoveu uma mudança decisiva na política interna, pois afastou do protagonismo político os grandes proprietários de terra, substituindo a mão de obra estrangeira pela brasileira.

O processo acelerado de industrialização fez com que as autoridades políticas se posicionassem de forma mais efetiva acerca da educação brasileira, promulgando diversos Decretos-Lei para fins de normatização, dentre eles Decreto nº. 4.244/42 – Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto nº. 4.073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto nº. 6.141/43 – Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto nº. 8.529/46 – Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto nº. 8.530/46 – Lei Orgânica do Ensino Normal e; Decreto nº. 9.613/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Além disso, o Decreto-Lei nº. 124.048/1942 – cria o (SENAI) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. (Documento Base da Educação Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino, 2007).

O último período, foi o da internacionalização da economia brasileira a partir de 1956, houve um crescimento da indústria de bens de produção e posteriormente de bens de consumo duráveis e não duráveis. Devido a essa demanda, tornou-se vital a formação de mão de obra especializada na indústria, o que acarretou em uma grande ampliação das vagas escolares, pois segundo o Documento Base da Educação Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino, esse processo foi respaldado, principalmente, pela intensão política regulamentadora estabelecida no Decreto 2.208/97, que regulamentava a educação profissional, mas impossibilitava a formação profissionalizante no ensino médio.

O mesmo foi revogado posteriormente, e surge uma nova versão: o Decreto nº. 5.154/04, dentre suas proposições, o mesmo regulamentava os artigos 35, 36, e 39 a 41 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que prega a integração da educação profissional, o processo produtivo e a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos como base para o desenvolvimento. A mesma afirma, no Art. 36, que a capacitação técnica do aluno poderá ser desenvolvida nas instituições de ensino médio ou especializada em cursos profissionalizantes.

A partir de 2006 teve início um processo evolutivo da educação profissional pública federal. Em 2008, diante de um cenário semelhante de desenvolvimento foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da Lei nº11892, que segundo o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção elaborado pelo MEC em parceria com a Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica (2014), a mesma é composta por 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica, 24 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, Universidade Tecnológica do Paraná e o Colégio Pedro II.

2.3 OS INSTITUTOS FEDERAIS, O INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO E O PROBLEMA DA EVASÃO

Segundo o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (MEC, 2014), os Institutos

Federais estão regulamentados pela Lei nº 11.892, de 2008, e Portaria MEC nº 1.291, de 2013, e são Instituições com ampla grade curricular e com campi distribuídos por todo o país.

Dentre suas ofertas estão os cursos de qualificação profissional, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de graduação (licenciatura, tecnologia e bacharelado), cursos superiores de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

Os Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandenses, também constituem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Com sede administrativa em Pelotas/RS, é formado por doze campi, dentre eles, os únicos com características binacionais são os de Jaguarão e Santana do Livramento, sendo a instituição de Livramento pioneira na implementação de cursos técnicos binacionais. Ambos os municípios fazem fronteira com a República Oriental do Uruguai.

IFSul campus Santana, foi implantado na fronteira de Livramento e Rivera em agosto de 2009, após um acordo firmado na reunião anual de alto nível entre Brasil e Uruguai para o desenvolvimento da região de fronteira, após a avaliação dos projetos de capacitação financiados pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; Ministério da Educação (SETEC/MEC).

A proposta foi aceita quando o Observatório do Mundo do Trabalho da Educação Profissional e Tecnológica (Observação Sul) apresentou um diagnóstico com a demanda de oferta laboral local, o que confirmou e definiu os cursos binacionais a serem ofertados entre o IFSul campus Santana do Livramento e a instituição parceira uruguaia UTU (Universidad del Trabajo del Uruguai), que também oferece cursos com essa característica.

Os cursos binacionais são atualmente cinco, sendo ofertadas 3 no IFSul: Informática para Internet (integrado e subsequente), Eletroeletrônica (integrado) e Sistemas de Energias Renováveis (subsequente), já a instituição uruguaia parceira, UTU, disponibiliza os cursos de controle ambiental e logística. Os mesmos ofertam 32 vagas por turma, sendo 50% das mesmas para uruguaiois e 50% para brasileiros, em ambas as instituições. Os diplomas seguem o mesmo padrão, sendo binacionais não precisam ser revalidados no país vizinho. (PORTAL OFICIAL IFSUL CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO)

Apesar da peculiaridade positiva, o número de alunos desistentes merece atenção. Sabe-se que o problema é motivo de debates e reflexões na educação brasileira, e chama a atenção das políticas públicas educacionais. Segundo dados do site oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vários são os estudos que apontam as principais causas do abandono escolar, dentre elas pode-se citar: a desestruturação familiar, as políticas de governo, a necessidade do trabalho paralelo com o estudo, o baixo desempenho, reprovação, a escola e a própria pessoa.

Entende-se como evasão o rompimento do processo de ensino por falta de presença do aluno. Esta situação é vista não apenas como um fracasso do aluno, mas da instituição, dos educadores e da sociedade e seus impactos são perceptíveis na produtividade da escola e na eficiência financeira da mesma. Incluindo impactos negativos sobre a renda familiar e na sociedade em geral a longo prazo (SENAI, 2013, p2).

São muitos os problemas e empecilhos que dificultam a permanência dos alunos em todas as fases educacionais. Cabe um estudo localizado em cada instituição para lidar melhor com o problema, apresentando possíveis soluções locais. Desse modo o direcionamento da presente pesquisa visa contribuir para o enriquecimento da informação acerca do assunto.

3 METODOLOGIA

A pesquisa identifica-se como sendo de abordagem quantitativa, exploratória e descritiva. Quantitativa, pois, de acordo com Fonseca (2009), tal método é baseado em dados

mensuráveis das variáveis dos fatos. Procura confirmar e explicar a existência dos mesmos, e suas relações com as demais variáveis.

Ainda segundo a autora, o método quantitativo é baseado na amostragem, que é uma porção representativa do público de amostragem e seus resultados finais representarão a mesma. É um tipo de pesquisa objetiva. (FONSECA, 2009, p. 39).

Lakatos e Marconi falam acerca do método estatístico na elaboração de pesquisas, e afirmam que os processos estatísticos partem de premissas complexas e acabam por fornecer resultados simples que estão relacionados entre si. Dessa forma, o método estatístico reduz fatos e acontecimentos sociológicos, políticos ou econômicos, e sua complexidade a conclusões passíveis de verificação matemática. (LAKATOS; MARCONI; 2003. p. 108).

Quanto aos objetivos, classificou-se a presente pesquisa como sendo de natureza exploratória e descritiva. Conforme Gil as pesquisas de natureza exploratória, têm o objetivo de familiarizar o leitor com o problema, tornando-o evidente e possibilitando a construção de hipóteses. Na maioria dos casos se baseia em estudos bibliográficos, entrevistas com pessoas que passaram pelo problema pesquisado. (GIL, 2002, p. 41).

Ainda segundo o autor as pesquisas de natureza descritiva, têm como principal finalidade, descrever as características de determinada população ou fato ocorrido. Os dados são obtidos através de questionários e observações. (GIL 2002. p.42)

Para fins de coleta de dados do presente estudo, identificaram-se três melhores técnicas: a pesquisa bibliográfica, documental e levantamento. Sendo a primeira desenvolvida sobre materiais já elaborados, como livros e artigos científicos. Essas fontes são numerosas e se classificam em livros, jornais, revistas, impressões, etc. Acerca das vantagens da utilização dessa pesquisa, o autor afirma que a mesma permite ao investigador abarcar uma gama de fenômenos mais ampla do que se pesquisasse diretamente. (Gil 2002. p. 44).

No que tange a pesquisa documental, a coleta de dados pode ser realizada a partir de um documento histórico, institucional, associativo, oficial, relatórios, leis, normas jurídicas, etc. Ou seja, a busca por informações é realizada sobre a análise de documentos necessários para alcançar um conhecimento prévio acerca do assunto (TOZONI-REIS, 2009, p. 30).

Com relação à pesquisa de levantamento, Fonseca afirma que este tipo de pesquisa é mais utilizada em estudos exploratórios e descritivos, e pode ser de dois tipos: levantamento de uma amostra ou de uma população, a qual consiste em um grupo de pessoas que estão passando por uma situação que se deseja conhecer, e logo realizar uma análise quantitativa. (FONSECA, 2002, p.35 apud GERHARDT; SILVEIRA; 2009, p.38).

Como vantagens desse método pode-se citar que: evita o subjetivismo do pesquisador, pois as próprias pessoas são as informantes acerca de sua realidade; o levantamento de dados pode ser realizado através de entrevistas ou questionários, tornando a pesquisa de baixo custo; os dados obtidos podem ser organizados em tabelas o que facilita a análise estatística (GIL 2002, p 51).

Segundo Tozoni-Reis, o questionário é um instrumento de pesquisa que se baseia sobre questões predefinidas e em sequencia lógica, apresentado ao entrevistado pessoalmente ou mediante correio. Sendo assim, deve haver clareza na elaboração. (TOZONI-REIS, 2009, p. 40).

Para o desenvolvimento da análise de dados foi identificado como método mais adequado, a análises de conteúdo, que segundo Gil (2002) pode ser quantitativa ou qualitativa. E classifica-se em três fases: a escolha dos documentos, a formulação de hipóteses, e a preparação do material para análise, que envolve: a escolha das partes, enumeração e classificação das mesmas. (GIL, 2002, p. 89).

Dessa forma, os dados foram coletados mediante um questionário validado pelo IFSul de Minas Gerais e adaptado ao âmbito binacional, o qual conta com 17 questões fechadas e uma última aberta, permitindo uma resposta dissertativa do respondente, que logo será

classificada em áreas e representada em gráfico novamente, para obter perspectivas mais explícitas dos indivíduos.

Como contexto da pesquisa, tomou-se o primeiro semestre do ano de 2015. Segundo informações oficiais geradas pelo Sistema de Controle Acadêmico do IFSul campus Santana, foram registrados 684 alunos matriculados e 103 alunos evadidos, o que representa um 15,05% de evasão apenas no primeiro semestre.

Deve-se levar em consideração que os números dispostos anteriormente incluem também os alunos que frequentam os cursos binacionais ministrados na UTU (Universidad del Trabajo del Uruguay), pois também são considerados alunos do IFSul, estando registrados na SETEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), mesmo assim, os respondentes são todos ex alunos do IFSul Santana, pois acredita-se que representam de forma satisfatória a totalidade dos alunos binacionais.

Do total de evadidos (103), foram contatadas 85 pessoas e coletados 30 questionários respondidos. Os mesmos foram estruturados em dois blocos, sendo o primeiro direcionado ao perfil socioeconômico do respondente e o segundo direcionado aos motivos de escolha do curso e posterior evasão, tabulando e graficando tais dados através do programa Excel 2010, para chegar a constatações mensuráveis.

4 PERFIL SOCIECONÔMICO DOS ALUNOS EVADIDOS

Nesse tópico serão exibidos os resultados obtidos através do questionário aplicado com os 30 alunos evadidos do IFSul campus Santana do Livramento. Dispondo as informações coletadas em gráficos acompanhados de uma descrição.

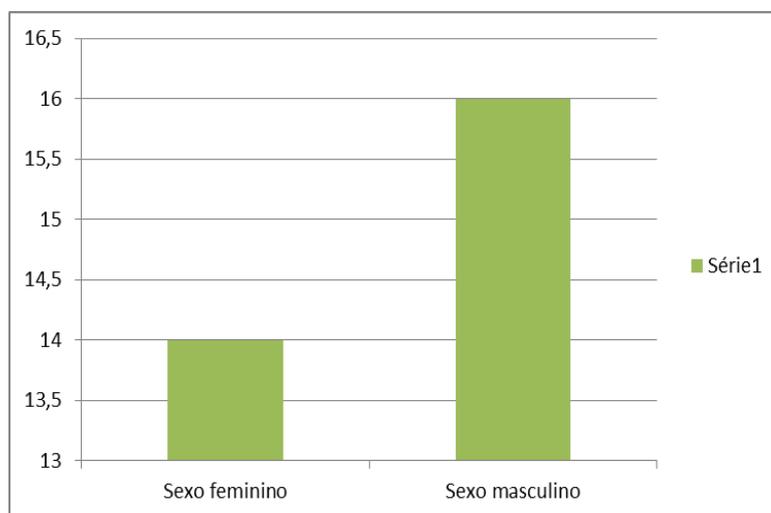


Gráfico 1: Sexo dos respondentes

Percebe-se no presente gráfico que, neste caso, a evasão torna-se mais recorrente no sexo masculino, correspondendo ao 53,33%. Enquanto que no sexo feminino a mesma equivale a 46,66%.

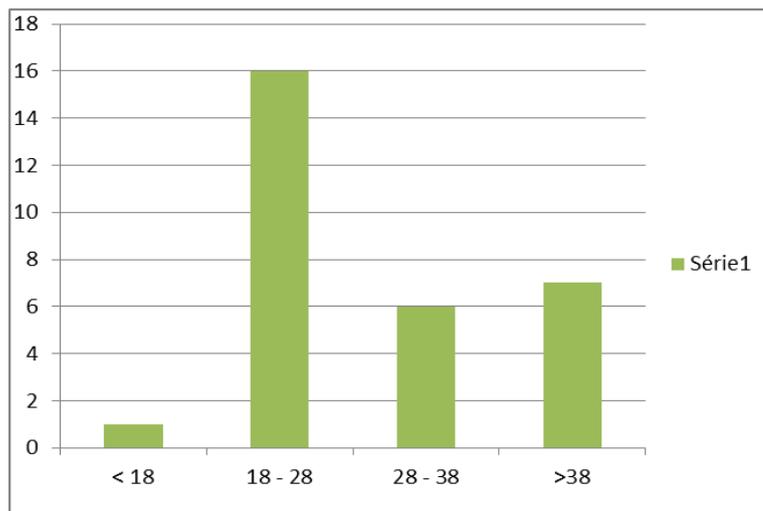


Gráfico 2: Idade dos respondentes

O presente gráfico reflete a relação de idade dos indivíduos, sendo apenas um dos trinta, menor de idade. A evasão torna-se mais recorrente dos dezoito aos vinte e oito anos, representando um 53,33%, seguido pelos maiores de trinta e oito anos.

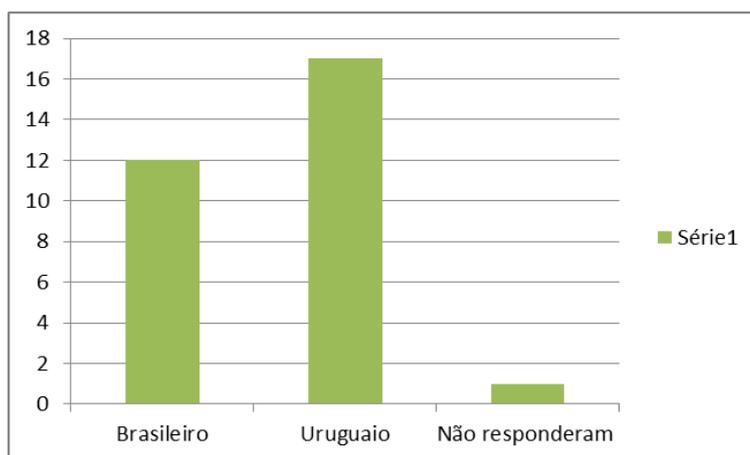


Gráfico 3: Nacionalidade dos respondentes

Percebe-se no presente gráfico que entre os evadidos, o número de uruguaios supera o número de brasileiros, representando o 56,66%. Restando apenas um sem responder.

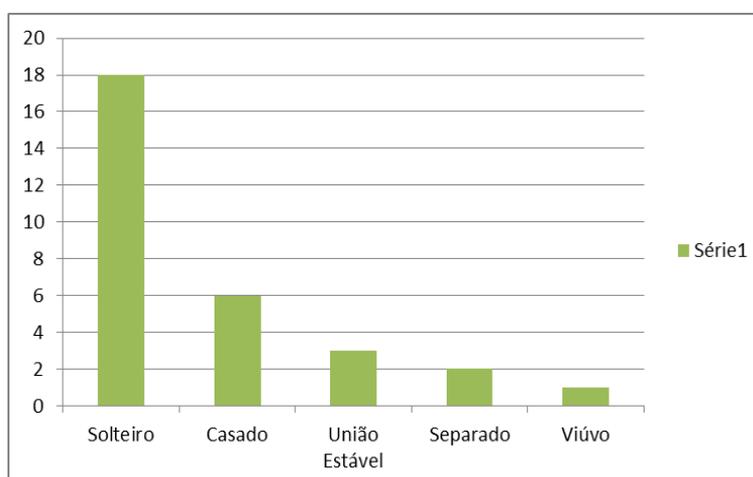


Gráfico 4: Estado civil dos respondentes

No presente caso, percebe-se que a maioria dos alunos em situação de evasão são solteiros, correspondem ao 60%. Casados, 20%, em união estável 10%, separados, 6,66% e viúvo 3,33%.

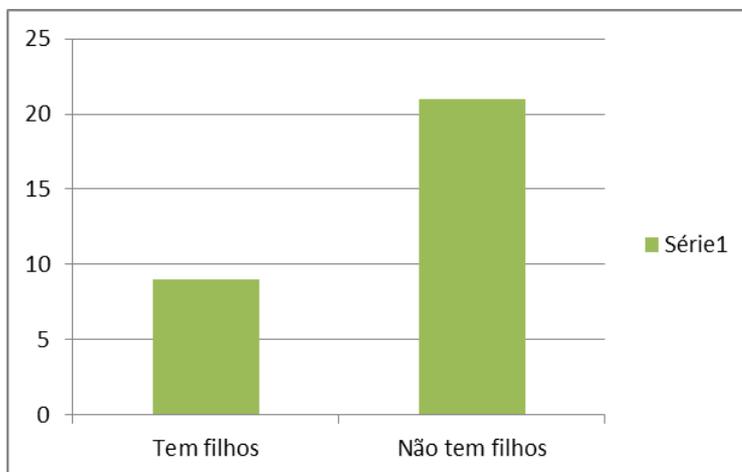


Gráfico 5: Filhos

Notoriamente o índice de evasão, nesse caso, foi mais alto entre as pessoas que não possuem filhos. Pois os mesmos representam o 70% dos que participaram da pesquisa.

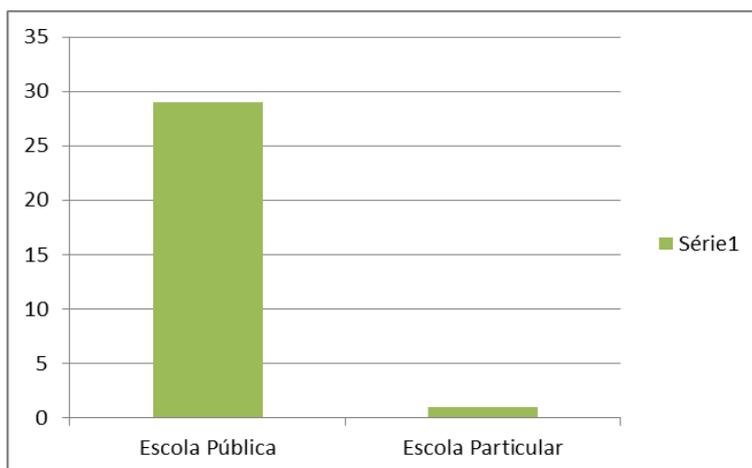


Gráfico 6: Frequentaram escola pública ou privada

Ressalta-se a que a maioria quase absoluta dos alunos evadidos frequentou anteriormente escola pública, equivalente ao 96,66%.

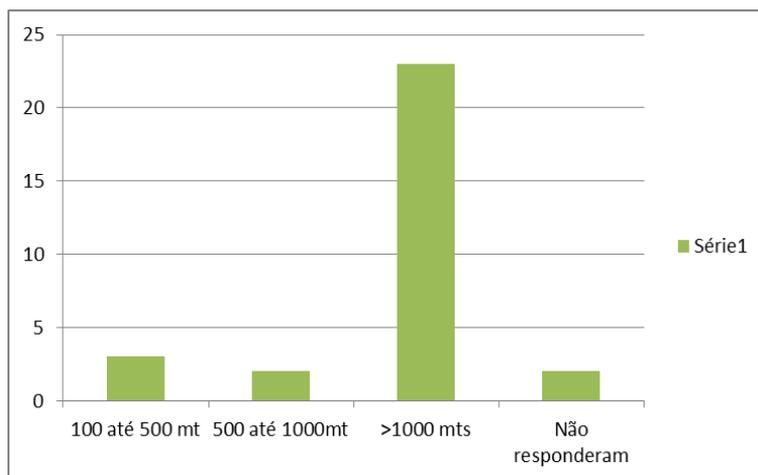


Gráfico 7: Distância de casa ao IFSul Santana

Como representado no gráfico, o 76,66% dos alunos evadidos mora a mais de mil metros do campus, ou seja, a mais de dez quadras. Constando entre as respostas casos de até dois mil metros, ou seja dois mil metros, ou vinte quadras. Tornando a distância, um problema potencial para aqueles que não possuem meio de transporte.

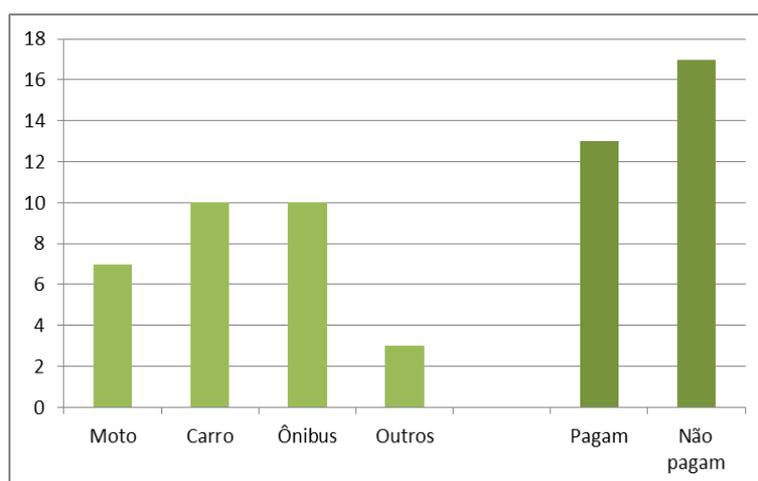


Gráfico 8: Meio de transporte

Acima foi exibido um gráfico combinado, onde foram representados os principais meios de transporte utilizados pelos alunos evadidos para chegar ao campus (esquerda), e se os mesmos pagavam ou não por eles (direita).

Constatou-se que a maior parte dos respondentes chegava ao campus utilizando carro e ônibus como principais meios de transporte, representando 33,33%, em segundo lugar, moto, representando 23,33%.

O 56,55% afirma não pagar pelo transporte, enquanto o 43,33% sim.

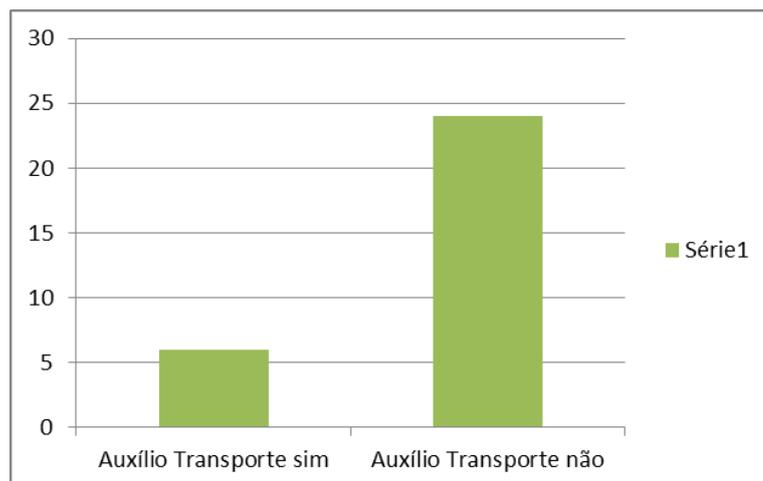


Gráfico 9: Auxílio transporte

O gráfico representa os alunos que recebiam auxílio transporte quando frequentavam o curso. Percebe-se que a maioria, 80% dos mesmos não recebia o auxílio.

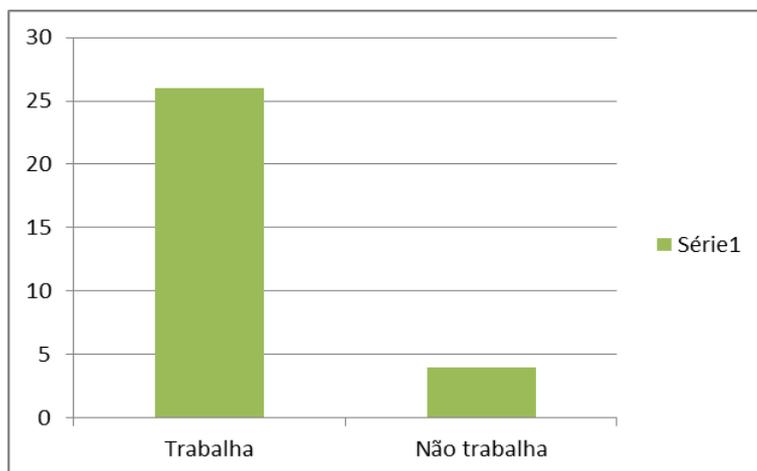


Gráfico 10: Trabalham ou não trabalham

O gráfico acima representa o número de alunos evadidos que trabalham e aqueles que não trabalham. Percebe-se que 26 dos respondentes possuem trabalho, ou seja, 86,66%. Enquanto que apenas quatro, 13,33% não exercem essa atividade.

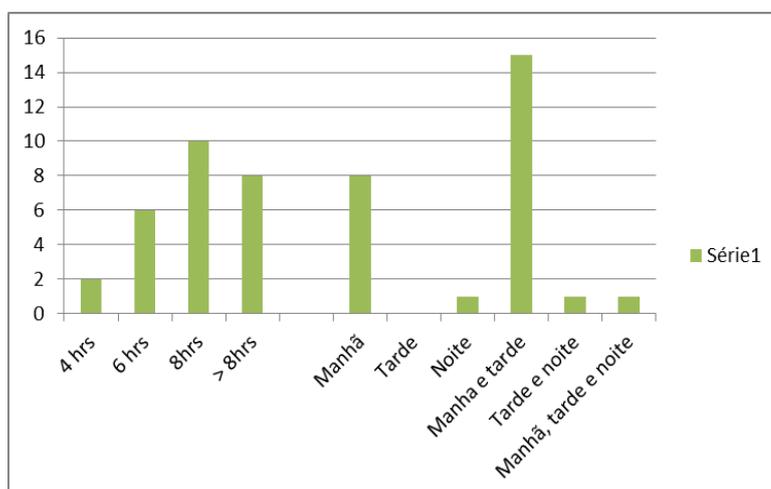


Gráfico 11: Carga horária de trabalho e turno

A representação corresponde a um gráfico combinado, entre a carga horário de trabalho diário, e turnos. Percebe-se que é mais recorrente o número de pessoas que trabalham durante oito horas diárias, correspondendo ao 38,46%. Seguidos pelos que trabalham mais de oito horas diárias, 30,76%. Logo em seguida aqueles que trabalham seis horas diárias, 23,07%, finalizando com os que trabalham apenas quatro horas por dia, 7,69%.

Os turnos mais recorrentes foram manhã e tarde, correspondendo ao 57,69%. Em segundo lugar, apenas pela manhã, 30,79%. Apenas noite, tarde e noite, e manhã, tarde e noite representaram a minoria, 3,84% cada.

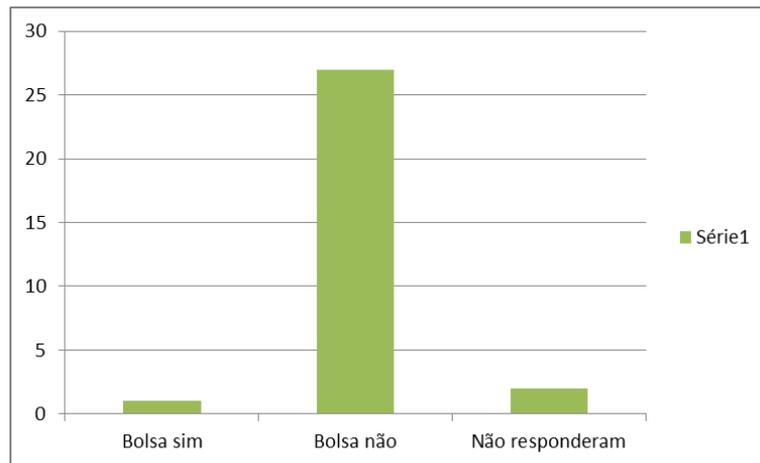


Gráfico 12: Bolsa ou Auxílio

Percebe-se no gráfico acima que a grande maioria dos respondentes não recebe nenhum tipo de bolsa ou auxílio, ou seja, o 90%. Enquanto o 3,33% afirma receber, e 6,66 % não responderam a questão.

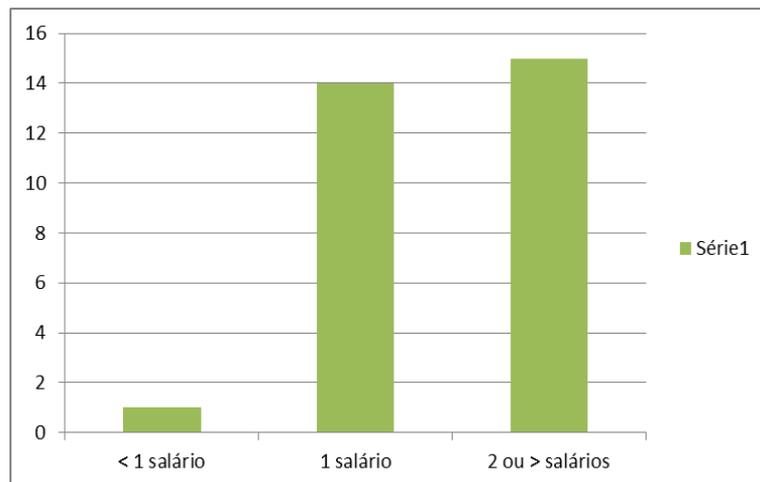


Gráfico 13: Renda per capita por membro da família

No gráfico percebe-se que o número de pessoas que afirmam que cada membro da família recebe um salário mínimo e aqueles que afirmam que cada membro recebe dois ou mais salários, são aproximados, totalizando 46,66% para o primeiro caso e 50% para o segundo. Apenas um respondente afirma receber menos de um salário mínimo por membro da família.

4.1 CURSOS, MOTIVOS DE ESCOLHA E DESISTÊNCIA

Tabela 1: Motivos pelos quais escolheram o curso:

ALTERNATIVAS	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	INDIFERENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO TOTALMENTE
SEMPRE QUIS FAZER O CURSO ESCOLHIDO	10	12	3	3	1
MERCADO DE TRABALHO E POSSIBILIDADES SALARIAIS	10	12	3	2	2
POSSIBILIDADE DE CONTRIBUIR PARA A SOCIEDADE	11	10	4	5	1
POSSIBILIDADE DE CURSAR ALGO DE QUE GOSTA	13	10	2	3	1
POR TER HABILIDADES RELACIONADAS AO CURSO	8	8	5	4	4
GOSTO PELAS MATÉRIAS DO CURSO	8	9	5	3	3
PERMITIA CONCILIAR AULA E TRABALHO	7	8	4	4	6
INFLUENCIA DOS PAIS E FAMILIARES	6	6	5	5	8
INFLUÊNCIA DOS AMIGOS	6	5	7	0	8
INFLUENCIA DA MIDIA	7	2	8	3	5
NÃO HAVIA NAS CIDADES (RIVERA-LIVRAMENTO) OUTRO TIPO DE CURSO	6	6	4	4	6
POR NÃO SABER O QUE FAZER	3	3	5	3	9
OUTRO MOTIVO	0	1	3	1	3

A tabela acima representa o número de vezes que as opções de motivos de escolha foram escolhidas pelos alunos evadidos.

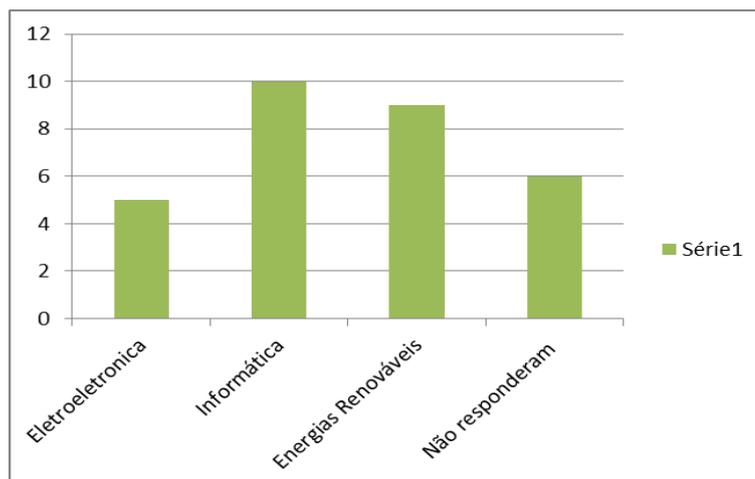


Gráfico 14: Cursos e índice de evasão

Ressalta-se que o curso com maior número de evadidos foi o de Informática para Internet, o qual está disponível nas duas modalidades, integrado, no turno da tarde e subsequente, no turno da noite. Seguido por Sistemas de Energias Renováveis, noturno, e por último o curso de Eletroeletrônica, que corresponde ao turno da manhã.

Seis alunos optaram por não responder.

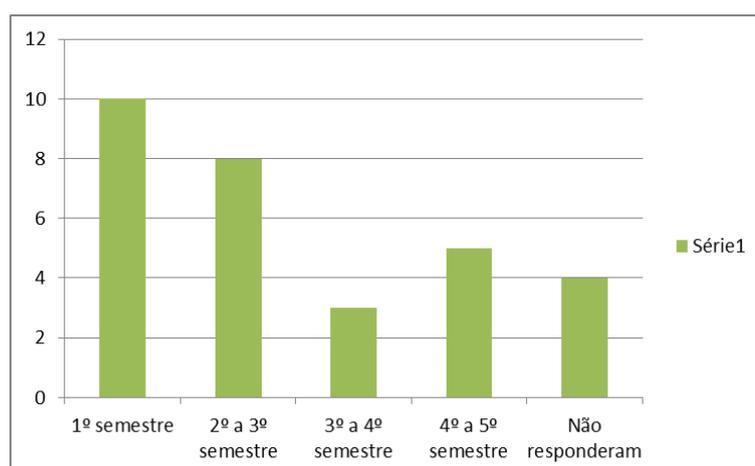


Gráfico 15: Período no qual desistiram

O gráfico acima demonstra que os alunos desistem com maior incidência durante o primeiro semestre dos cursos, considerado período de adaptação, representando uma porcentagem de 53,33%. Seguido pelo segundo e terceiro semestres, logo quarto e quinto.

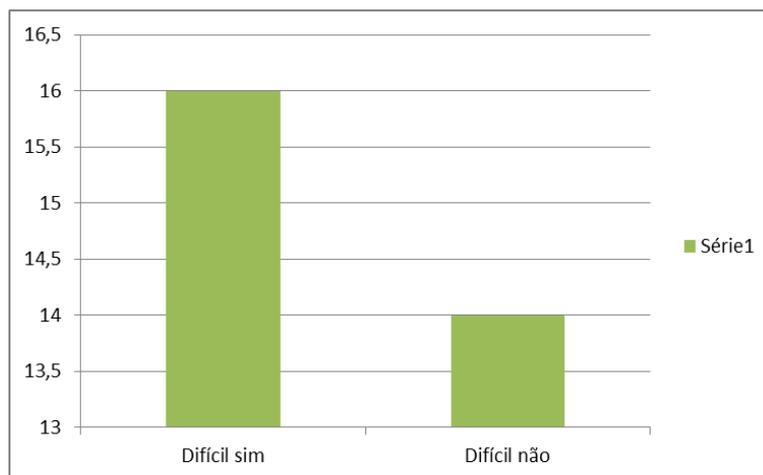


Gráfico 16: Dificuldade do curso

No presente caso os índices são aproximados, 53,33% dos alunos em situação de evasão afirmam achar o curso difícil, enquanto 46,66% afirma o contrário.

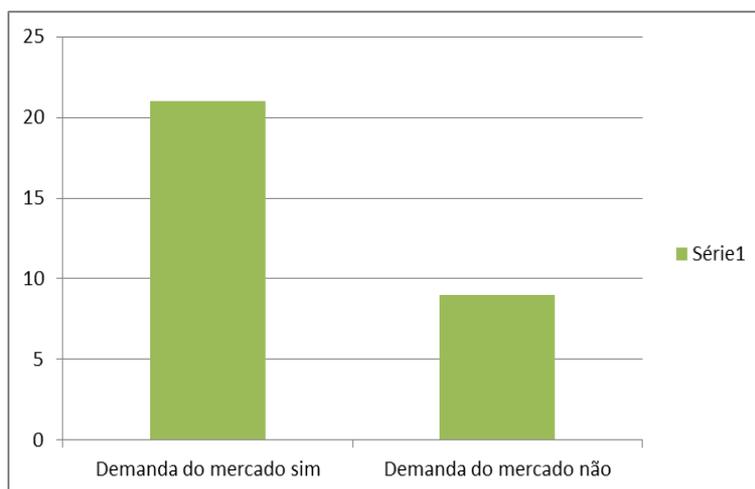


Gráfico 17: O curso corresponde à demanda atual do mercado?

No gráfico percebe-se que a grande maioria, 70%, afirma que os cursos correspondem à demanda atual do mercado. Enquanto que o 30% dos respondentes têm uma opinião contrária.

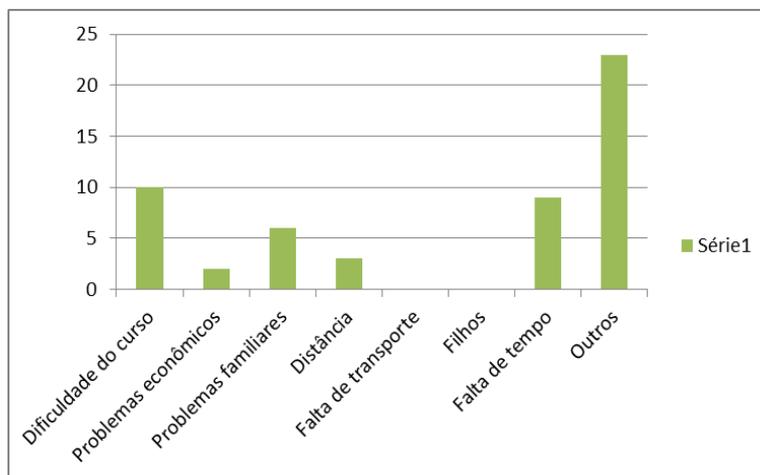


Gráfico 18: Motivos da desistência

O presente gráfico representa os principais motivos pelos quais os indivíduos poderiam ter optado pela desistência dos cursos. Uma das escolhas mais recorrentes foi a dificuldade do curso, representado por 33,33% dos indivíduos. Seguido pela falta de tempo, 30 %, logo problemas familiares com 20% de escolhas, distância 10%, problemas econômicos com o 6,66% das escolhas. Finalmente a opção mais escolhida foi “outros motivos”.

Vale ressaltar que as opções “falta de transporte” e “não ter com quem deixar os filhos”, não foram escolhidas nenhuma vez, e o total de escolhas superou o total de respondentes pois alguns marcaram várias opções como resposta a essa questão.

4.2 O QUE PRECISARIA MUDAR PARA POSSIBILITAR O RETORNO

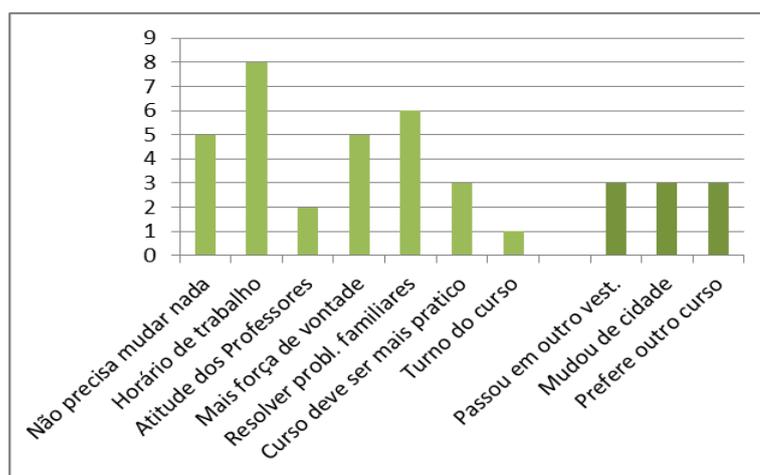


Gráfico 20: O que precisaria mudar para voltar a frequentar o curso?

O presente gráfico foi elaborado a partir de uma questão dissertativa, logo as respostas foram classificadas em sete áreas para possibilitar uma melhor mensuração.

Percebe-se que o fator mais determinante para possibilitar o retorno dos respondentes aos respectivos cursos é o próprio horário de trabalho, sendo representado pelo 26,66%. Logo em seguida a necessidade de resolver problemas familiares, 20%. Seguido por “Mais força de vontade”, 16,66%, e a opção “Não precisa mudar nada no curso”, também com 16,66% das escolhas.

Enquanto que 10% dos respondentes afirma que para possibilitar seu retorno o curso deveria ser mais prático, ou seja, com menos teoria sobre os assuntos.

O 6,66% dos participantes cobraram uma mudança na atitude dos docentes, os quais deveriam ser mais pacientes na hora de explicar e fornecer material de apoio.

Um citou a opção de mudança de turno do curso de eletroeletrônica, o qual é oferecido pela manhã, podendo ser oferecido no turno da noite também.

Dentro dessa resposta dissertativa, nove dos alunos em situação de evasão optaram por completar seus motivos de desistência, sendo impossível negligenciar tal informação, as áreas foram classificadas em três e exibidas do lado direito do gráfico em verde escuro, sendo elas: “passou em outro vestibular”, “mudou de cidade” e “prefere outro curso”, equivalentes ao 33,33% cada uma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, esse estudo teve como principal objetivo, além de reunir dados acerca da educação e sua relevância como pilar social e econômico, fornecer um ponto de vista histórico dos cursos profissionalizantes no Brasil e as principais políticas públicas relacionadas aos

mesmos, incluindo uma série de informações acerca da Rede Federal de Ensino, centralizando a perspectiva no IFSul Campus Santana do Livramento e sua peculiar característica, a binacionalidade.

Tendo como proposta de investigação, traçar um perfil socioeconômico dos alunos que realizam suas matrículas nos cursos binacionais e logo após um período são obrigados a desistir, reunindo, mediante questionário, os motivos pelos quais os mesmos escolhem os respectivos cursos, e depois os abandonam, finalizando com quais seriam as variáveis necessárias para possibilitar seu retorno.

Percebeu-se ao longo da investigação o quão atípica é a característica de binacionalidade, pois, quanto ao perfil social, mais do 50% dos alunos evadidos que participaram da pesquisa eram de nacionalidade uruguaia, dado que, os diplomas oferecidos são válidos em ambos os países, Brasil e Uruguai.

Como segundo fator relevante do perfil social, percebeu-se que a evasão torna-se mais recorrente dos dezoito aos vinte e oito anos. Idade na qual surge a independência econômica, sendo necessário dividir o tempo entre estudo e trabalho.

Surpreendentemente 60% dos alunos em situação de evasão são solteiros e o 70% não possui filhos, indicando que este não é um fator determinante nos motivos de desistência.

Com relação a trabalho, percebe-se que 83,66% dos respondentes são ativos no mercado, 38,46% dos mesmos possui uma carga horária de 8 horas diárias, enquanto que 30,76% trabalham acima de oito horas diárias. Sendo o turno mais recorrente, manhã e tarde, contando com 57,69% dos alunos evadidos. Fator este que incita a criação de cursos em horário noturno, buscando atender este perfil de alunos.

Fazendo menção ao perfil econômico dos ex-alunos da instituição, 50% afirma receber atualmente dois ou mais salários mínimos para cada membro da família, e 96,66% afirma ter frequentado anteriormente, escola pública.

Com relação a distancia e meios de transporte, o 76,66% dos alunos mora a mais de mil metros do campus, ou seja, dez quarteirões, utilizando em maior número, como meio de locomoção, carro e ônibus. Enquanto que 56,55%, afirma não pagar pelo transporte, e 80% não recebeu auxílio transporte da instituição.

O curso que apresentou maior índice de evasão foi o de Informática para Internet, estando disponível nas duas modalidades, integrado, no turno da tarde e subsequente, no turno da noite. Seguido por Sistemas de Energias Renováveis, noturno, e por ultimo o curso de eletroeletrônica, que corresponde ao turno da manhã, tornando-se pouco conveniente para aqueles que trabalham.

Conclui-se mediante resultados que a evasão torna-se mais recorrente durante o primeiro semestre do curso, o qual pode ser considerado período de adaptação, representando uma porcentagem de 53,33%.

Como opinião pessoal dos participantes da referente pesquisa, acerca da dificuldade do curso e a relevância do mesmo no mercado de trabalho, 53,33% afirma achar o curso difícil e o 70% acredita que o curso corresponde à demanda atual do mercado, contra o 30% que possui uma opinião contrária.

Sobre os principais motivos pelos quais os indivíduos poderiam ter optado pela desistência, a “dificuldade dos cursos” representou o 33,33% das escolhas, sendo uma das mais recorrentes. Logo a “falta de tempo”, representado por 30% e “problemas familiares” com 20% das escolhas.

Finalmente, como resultado da questão, “o que precisaria mudar para possibilitar o retorno?”, as respostas estiveram, principalmente direcionadas, ao horário de trabalho, sendo um dos maiores empecilhos para o retorno da grande maioria, reafirmando mais uma vez a necessidade de implementar mais cursos noturnos.

Em segundo lugar, equivalente a 20%, foi mencionada a necessidade particular de cada indivíduo de resolver problemas familiares, levantando a hipótese do fornecimento de um apoio psicológico nesses casos, como manobra de contensão.

Por fim, pode-se perceber que os dados coletados com a presente pesquisa, visam fornecer ao leitor um olhar mais crítico com relação aos cursos profissionalizantes locais e possibilitar a definição do perfil dos alunos em situação de evasão dos cursos binacionais do IFSul campus Santana do Livramento, tornando-se uma ferramenta profícua na criação de estratégias de contensão.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ester Berenstein. **Patrimônio Industrial no Brasil**. Bahia, 2010. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/2arqurb3-esterezilda.pdf>. Acesso em 30 mai. 2015.

BATTISTUS, Cleci; LIMBERGER, Cristiane; CASTANHA, André. **Estado Militar e as Reformas Educacionais**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Paraná: Editora e Gráfica Universitária, 2006. Disponível em: <<file:///C:/Documents%20and%20Settings/Rosangela/Meus%20documentos/Downloads/1038-3708-1-PB.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2015.

BRASIL. Lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2015.

_____, **Ministério da educação. Educação Profissional de nível médio integrada ao ensino**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2015.

DALLABRIDA, Norberto. **A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário**. Porto Alegre: Educação, 2009. p. 185-194

DANTAS, Ana Catharina da Costa. **Documento Orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de educação profissional e tecnológica**. MEC-SEPT. Maceió, 4 set. 2013.

DEMO, Pedro. **A Educação do Futuro e o Futuro da Educação**. São Paulo: Autores Associados LTDA, 2005.

FREIRE. Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. **Política e Educação**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FONSECA. Regina Célia Veiga da Fonseca. **Metodologia do Trabalho Científico**. Curitiba: IESDE, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4º Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da Pesquisa – Um guia prático**. Bahia: Via Litterarum, 2010. Disponível em: <<https://blu170.mail.live.com/mail/ViewOfficePreview.aspx?messageid=mg6nl7qy4P5RGTVgAjfeRhfg2&folderid=flinbox&attindex=1&cp=-1&attdepth=1&n=97449270>>. Acesso em: 30 mai. 2015.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. In: MARFAN, Marilda A. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986. p. 43-48.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5º Ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003.

MELLO, Guiomar Namó de. **Políticas públicas de educação**. In: POLITICAS PUBLICAS NA EDUCAÇÃO, 1991, São Paulo. Documento. São Paulo, 1991. p 8-19. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n13/v5n13a02>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

MORAIS, Carlos. **Descrição, análise e interpretação de dados quantitativos**. Bragança. Disponível em: <<http://www.ipb.pt/~cmmm/discip/ConceitosEstatistica.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2015.

PORTAL BRASIL. **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica, e Tecnológica**. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/historico>>. Acesso em 1 jun. 2015.

PORTAL INEP. **Educação Profissional no Brasil e Evasão Escolar**. Brasília, DF. 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/c/journal/view_article_content?groupId=55306&articleId=55688&version=1.0>. Acesso em: 31 mai. 2015.

PORTAL OFICIAL IFSUL. **Campus Santana do Livramento**. Santana do Livramento, 2009. Disponível em: <<http://www.santana.ifsul.edu.br/portal/>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

PORTAL OFICIAL IFSUL. Reitoria. **Histórico**. Pelotas, 2006. Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

SENAI, **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial**. Santa Catarina, 2013. Disponível em: < <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/31818288.pdf>>. Acesso em: 29 mai 2015.

RIBAS, Cintia Cargnin Cavalheiro; FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Manual de Metodologia**. Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.opet.com.br/biblioteca/PDF's/MANUAL_DE_MET_Jun_2011.pdf>. Acesso dia: 21 mai. 2015.

TOZONI-REIS. Marília Freitas. **Metodologia da Pesquisa**. 2º Ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.